



MEIO AMBIENTE

Insultos e bate-boca em sessão com Marina

Ministra é atacada por deputados da oposição ao comparecer à Câmara para falar dos incêndios que assolaram o país entre agosto e setembro, e sobre os investimentos do governo federal voltados à proteção dos biomas

» JULIA PORTELA

O depoimento de Marina Silva à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados foi marcado pelos ataques dos bolsonaristas contra a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Convidada a falar sobre as queimadas que assolaram o país entre agosto e setembro, ela foi chamada de “ignorante”, “capacho”, “incompetente” e “adestrada” por parlamentares da oposição.

A ministra, porém, rebateu os ataques e chegou a se alterar com o presidente da comissão, o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que ao encerrar a sessão decidiu alfinetar a ministra.

“Quero repudiar a forma de vitimização que, mais uma vez, essa ministra se comporta aqui, na casa do povo, na casa dos deputados. Tenho que dar parabéns a quem a treinou, até esse adestramento para ter essa postura”, disse.

Marina o interrompeu: “Adestramento é o que? Adestramento? Quem é o adestrado? Tenha a santa paciência. O senhor não vai me dizer que sou uma pessoa adestrada”, cobrou.

Antes, Marina tinha entrado em confronto com a deputada Julia Zanatta (PL-SC). Ao dirigir à ministra uma pergunta, a parlamentar aproveitou para chamá-la de “capacho de ONG”.

“Capacho? Capacho é quem faz discurso de encomenda. Mesmo conhecendo a biografia de uma pessoa, faz discurso de encomenda, para fazer laçação. E vem aqui fazer acusações inverídicas. Isso é ser capacho. Quem não defende (o meio ambiente) aparece agora como ambientalista de conveniência. Nunca fizeram nada”, rebateu Marina.

Mas a sessão não foi todo o tempo bate-boca entre a ministra e os bolsonaristas. Ela acusou o Congresso de promover cortes no orçamento dos recursos destinados ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Reprodução/TV Câmara



Ao encerrar a sessão, Evair disse que a ministra tinha sido “adestrada”. Foi interpelado por ela: “Adestramento? Quem é o adestrado?”



Capacho é quem faz discurso de encomenda, para fazer laçação. E vem aqui fazer acusações inverídicas. Quem não defende (o meio ambiente) aparece agora como ambientalista de conveniência”

Ministra Maria Silva, ao responder à deputada Julia Zanatta (PL-SC)

Conforme enfatizou, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 não disponibilizou recursos suficientes para o combate às queimadas. “Foi solicitado pelo ICMBio cerca de R\$ 112,7 milhões para as ações de fiscalização ambiental e prevenção e combate a incêndio. O Ibama solicitou, também, recursos para suas ações de prevenção e combate a incêndio, na ordem de R\$ 65,7 milhões. O Congresso aprovou, do pedido orçamentário que fizemos, cerca de R\$ 98 milhões para o ICMBio, 13,8% menos do que solicitamos. A mesma coisa em relação ao Ibama: foi feito um corte aqui de R\$ 4,6 milhões”, indicou.

Ela também defendeu a iniciativa do governo de propor o aumento da pena para os crimes ambientais — para Marina, o que está previsto atualmente é “insuficiente”. “Precisamos ampliar os recursos, mas o que precisamos mesmo é que, no período

da estiagem, as pessoas não coloquem fogo. Porque, senão, vamos ficar simplesmente pegando dinheiro público e utilizando para algo que se poderia fazer preventivamente”, frisou.

Soma de fatores

Segundo Marina, a soma de fatores como a alta temperatura com a baixa umidade foi responsável pelas queimadas de agosto e setembro, porém ressaltou que no Pantanal houve uma ação deliberada. “Todos os incêndios das semanas e meses que antecederam esse período em que começa a ter incidência de alguns raios foram causados por ação humana. Foram pessoas que atearam fogo de forma voluntária ou involuntária. Pessoas que agiram de forma culposa ou dolosa. Pessoas que foram vítimas, porque seja do tipo ou culposos, quando você

não fez nenhum tipo de ação para levar a propriedade a pegar fogo, nesse caso você é a vítima”, apontou.

Em resposta às críticas dos bolsonaristas à ação do governo contra as queimadas, a ministra afirmou que o atual governo começou com uma alta de mais de 50% no desmatamento, herdados da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Marina lembrou, porém, que houve uma queda na destruição do meio ambiente de 50% no primeiro ano do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“No caso do Cerrado, nós estamos por seis meses consecutivos com queda de desmatamento — e também no Pantanal. Se não tivéssemos essa redução de desmatamento, a situação (das queimadas) poderia ser incomparavelmente pior, porque um dos vetores (da destruição) é o incêndio em função das derrubadas”, afirmou.

Punição branda estimula crime contra natureza

» LARA PERPÉTUO

Quem comete crime ambiental se sente estimulado, pois a punição é pequena e quando há algum inquérito, habitualmente é arquivado ou o delito prescreve devido à dificuldade de ser investigado. A avaliação é do secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, que conversou com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Roberto Fonseca para o Podcast do **Correio**.

Para Marivaldo, é preciso aumentar a pena dos crimes ambientais porque há uma desproporcionalidade entre a consequência e a punição. Uma queimada, uma lavra ilegal ou uma derrubada de mata nativa traz prejuízos para toda a sociedade, mas a pena para quem promove e executa essas agressões aos biomas não passa de quatro anos.

“Tocar fogo e queimar dois terços do Parque Nacional de

Brasília tem uma pena menor do que um furto, e isso não é razoável”, compara.

Marivaldo defendeu a proposta remetida ao Congresso, na terça-feira, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que majora as punições. Ele salienta que, como a prescrição é calculada de acordo com o tamanho da pena, se aumentada, cria-se a possibilidade de haver tempo suficiente para que a investigação identifique os criminosos.

“Quando se enfrenta o crime ambiental, se trata da causa dessa ferida, age com prevenção. A gente precisa agir antes. Mas, para agir antes, hoje os instrumentos são muito frágeis. Além de todo o esforço do governo para reforçar os órgãos que atuam no enfrentamento dos crimes ambientais, é preciso ter uma legislação mais rígida. Porque, senão, a pessoa toca fogo em uma área e, depois, explora essa área por anos. Quando é descoberta,

Reprodução/YouTube



Para Marivaldo, o aumento da pena é fundamental para a coerção

não sofre punição alguma. Então, para ela valeu à pena”, observou.

A pena, porém, deve vir acompanhada de uma multa. Marivaldo observa que o ressarcimento seja baseado na reparação dos

danos causados ao meio ambiente, inclusive os climáticos e os dos ecossistemas afetados. “O crime funciona pela lógica econômica. Se vale à pena, muita gente começa a praticar. Se você

cria barreiras para inibir a prática do crime, você vai desestimular”, frisa.

Para o secretário, o aumento das penas deveria ser algo do interesse de todos, inclusive do agronegócio. Isso porque os efeitos extremos não poupam os produtores, como as queimadas de agosto e setembro, uma vez que se reflete no resultado do plantio — com perdas e diminuição do volume colhido.



Assista ao episódio completo na página do Correio Braziliense no YouTube

POLUIÇÃO

País despeja 1,3 milhão de toneladas/ano de plástico

» VITÓRIA TORRES*

A poluição pelo plástico já é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a segunda maior ameaça ambiental ao planeta, atrás apenas da emergência climática. O impacto desse problema atinge ecossistemas em todo o mundo, com a biodiversidade marinha sendo uma das mais afetadas. O relatório *Fragments da Destruição: Impactos da Poluição Plástica à Biodiversidade Marinha Brasileira*, divulgado ontem pela organização não-governamental Oceana Brasil, explica o papel do país nesta crise e alerta para os riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

De acordo com o relatório, o Brasil despeja anualmente cerca de 1,3 milhão de toneladas de plástico nos oceanos — aproximadamente 8% do total global. Isso coloca o país como o oitavo maior poluidor pelo resíduo no mundo e o primeiro na América Latina.

O oceanólogo Ademilson Zamboni, diretor-geral da Oceana Brasil, explica que essa poluição é fruto de um modelo de produção e descarte insustentável. “O plástico que polui nossos mares chega por conta de um modelo que precisa ser urgentemente substituído”, adverte.

Essa situação não afeta apenas o ecossistema marinho, mas também a saúde humana. O estudo alerta que os microplásticos — fragmentos minúsculos resultantes da degradação do resíduo — foram detectados em nove das 10 espécies de peixes mais consumidos no Brasil. A presença desses microplásticos também foi encontrada na fauna marinha da Amazônia, de onde 98% das amostras analisadas apresentaram vestígios do material nos intestinos e brânquias.

Desnutrição

O plástico, quando ingerido pelos animais, pode levar à desnutrição, à queda da imunidade e até mesmo à morte, além de expor os organismos a compostos químicos tóxicos. Segundo o relatório, 85% das espécies marinhas que o ingerem estão ameaçadas de extinção. No caso específico das tartarugas-verdes, comer apenas um grama de plástico aumenta em 450% o risco de definhamento.

Por isso, organizações ambientalistas aumentaram a pressão sobre o governo federal a tomar medidas mais rigorosas para enfrentar a crise. “Esperamos que os graves dados que essa publicação revela impulsionem políticas públicas para reduzir, urgentemente, o plástico em suas muitas formas no ambiente, e restaurar a saúde dos nossos oceanos e de toda a biodiversidade marinha”, salienta, Iran Magno, analista de campanhas da Oceana.

Entre as medidas que as organizações ambientalistas pressionam para que se tornem realidade está a aprovação do Projeto de Lei (PL) 2.524/22, parado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Esse projeto visa implementar uma economia circular do plástico, promovendo a reinserção do material no ciclo produtivo por meio da reutilização, reciclagem eficiente e compostagem. O objetivo é evitar que o material seja descartado no meio ambiente, seguindo as melhores práticas internacionais.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi